

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GERAIS – REITORIA**

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

**PROCESSO Nº 23343.001779/2018-32
Pregão Eletrônico Tradicional nº 22/2018**

1 OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto quantificar, especificar e definir as condições para a prestação de serviços, por meio de PREGÃO ELETRÔNICO, de impressão (plotagem) monocromática de pranchas de projetos arquitetônicos e executivos, de forma a atender às demandas da Reitoria do IFSULDEMINAS.

1.2 A quantidade solicitada da referida prestação de serviços encontra-se indicada nas descrições detalhadas do item.

ITEM: 01

CATMAT: 24902

Tipo: Serviço

Descrição: SERVIÇOS DE PLOTAGEM

Descrição Detalhada: Serviço de impressão (plotagem) monocromática de pranchas de projetos arquitetônicos e executivos no formato A0 – estendido (50 cm maior que o A0), papel gramatura 75 g/ m², sendo que 10% (dez por cento) da quantidade estimada terá algumas linhas policromáticas.

Quantidade: 500

Unidade de fornecimento: Unidade

Local de Entrega: Pouso Alegre (IFSULDEMINAS – Reitoria)

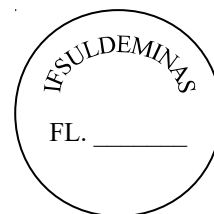
	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Total da Requisição	R\$ 12,10	R\$ 6.050,00

Valor Total da Requisição: R\$ 6.050,00

2 DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1 Muitas vezes, o Sistema Integrado de Descentralização de Crédito (SIDECA), através do qual são lançados os itens constantes no Anexo I do Edital de licitação para disponibilizar inclusão da proposta por parte dos fornecedores, não possui descrição compatível com as dos produtos a serem adquiridos; por isso, são registrados utilizando-se sinônimos, genéricos ou similares. Deve ser considerada, sempre, a descrição completa dos produtos, constante neste Termo de Referência.

2.2 A Cotação de preços, unitários e totais, deve ser feita em moeda nacional, em algarismo numérico e por extenso, com, no máximo, 02 casas decimais após a vírgula (ex: R\$ 0,01), observando-se as especificações necessárias indicadas no Anexo I, presumindo-se, conforme exigências do Edital, estarem inclusos os encargos que incidem ou venham a incidir sobre o objeto



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GERAIS – REITORIA

licitado, incluindo-se, aí, todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, taxas, transportes, entrega no local, seguros, encargos fiscais e todos demais ônus diretos.

3 FUNDAMENTO LEGAL

3.1 A contratação da presente prestação de serviços, objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal nas Leis nº 8.666/1993, 10.520/2002 e 8.078/1990, na Lei Complementar nº 123/2006 e nos Decretos nº 5.450/2005 e nº 8.538/2015 e demais dispositivos legais e infralegais pertinentes ao objeto licitado, ressaltando que este é um rol exemplificativo e que o instrumento convocatório vincula todos os participantes do certame, que aceitam suas disposições.

4 JUSTIFICATIVA

4.1 Quais os motivos que geraram a necessidade da aquisição ou contratação?

4.1.1 Este serviço se torna necessário tendo em vista as necessidades do setor de engenharia da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional do IFSULDEMINAS, que elabora Projetos de Infraestrutura para as diversas obras de construção, reformas e ampliação para os Campus novos, Polos e Campus pré existentes deste Instituto, para a aprovação dos projetos se torna necessário a impressão dos mesmos, também para registro dos mesmos junto aos órgão competentes, estes projetos impressos se torna necessários dentro das obras.

4.2 Quais os objetivos, metas e benefícios a serem atendidos?

4.2.1 Imprimir projetos arquitetônicos e executivos para poder disponibilizá-los para a aprovação e registro das obras onde serão executados. São documentos pedido em lei própria.

4.3 Justifique os quantitativos solicitados?

4.3.1 Os quantitativos foram baseados nas demandas deste Instituto tendo em vista o crescimento do mesmo e a necessidade de infraestrutura de acordo com os cursos oferecidos e o crescimento de cada Campus.

4.4 Quais os impactos do não atendimento?

4.4.1 Irá inviabilizar o acompanhamento das obras, documentação necessária para execução das mesmas e os processos de contratação serão prejudicados por falta destas plotagens.

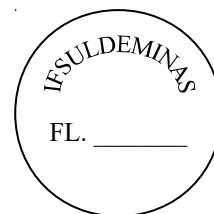
4.5 Foi considerado aspectos sustentáveis na solicitação?

4.5.1 Não se aplica.

5 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 À época da necessidade do serviço, a equipe de Engenharia da P.R.O.D.I, fará a solicitação, mediante requisição de fornecimento, indicando sua descrição, quantidade e preço registrado.

5.1.1 Caberá à unidade requisitante (a equipe de Engenharia da P.R.O.D.I) a definição do modelo de requisição a ser adotado, bem como da forma de seu envio a empresa fornecedora (por.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GERAIS – REITORIA

ex.: em mãos, fax, correio eletrônico).

5.1.2 Será fornecido, concomitantemente à requisição de fornecimento, o arquivo digital correspondente aos serviços a serem realizados, o qual deverá ser retirado com a equipe de Engenharia da P.R.O.D.I, sito a Avenida Vicente Simões, 1.111, Bairro Nova Pousa Alegre, Pousa Alegre, MG.

5.1.3 A critério da unidade solicitante, poderão também ser utilizados meios digitais de comunicação (telefonía, dados, mídias digitais, internet) para permitir maior agilidade nas entregas e respostas eventualmente necessárias ao desenvolvimento dos serviços.

6 DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

6.1 Os recebimentos provisório e definitivo dos serviços ficarão a cargo da equipe de Engenharia da P.R.O.D.I, conforme descrito a seguir.

6.2 O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega das folhas impressas, ou 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- a) condições da embalagem e/ou do material impresso;
- b) quantidade entregue;
- c) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador, descrição do serviço, quantidade, preços unitário e total.

6.3 Atendidas as condições indicadas no item acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

6.3.1 O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do serviço.

6.4 O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

- a) verificação da qualidade das folhas impressas;
- b) compatibilidade do serviço realizado com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- c) conformidade do documento fiscal quanto a identificação do comprador, descrição do serviço realizado, quantidade, preços unitário e total.

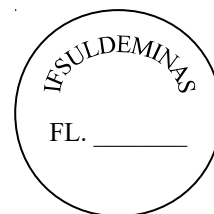
6.5 Verificada alguma falha na execução do serviço, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda a sua correção no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

6.6 Reserva-se ao IFSULDEMINAS o direito de não aceitar as folhas impressas cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

6.7 O prazo estabelecido para a entrega dos serviços ficará suspenso durante todo o período de análise e verificação pela equipe de Engenharia da P.R.O.D.I.

6.8 Caberá à unidade requisitante o controle do cumprimento do prazo de entrega por parte da empresa fornecedora, devendo informar à Administração os casos de descumprimento para fins de análise de aplicação de sanções administrativas.

6.9 Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao IFSULDEMINAS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, na qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GERAIS – REITORIA

previsto para entrega.

6.9.1 A comprovação de que trata esta cláusula deveser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

6.10 A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo IFSULDEMINAS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se a empresa da decisão proferida.

6.11 Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

7 DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital.

7.2 Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

7.3 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários a perfeita execução do fornecimento.

7.4 O fornecedor fica, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.

7.5 Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.

8 VALOR DE REFERÊNCIA GLOBAL ESTIMADO

8.1 Está estimado o custo total de R\$ 6.050,00 (Seis mil e cinquenta reais).

8.2 O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante no processo administrativo, elaborado com base em pesquisa de mercado obtida por cotações oferecidas pelas empresas.

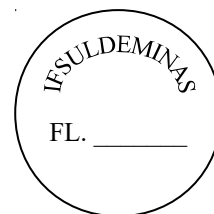
9 DOS MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

9.1 O fornecimento será efetuado, de acordo com a necessidade da Instituição, após o envio da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecedor, no prazo de entrega disponível por este documento. A entrega será inicialmente provisória e, após conferência da conformidade do produto, definitiva.

10 DO LOCAL, PRAZOS E CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 A prestação dos serviços/entrega dos materiais deverá ser realizada no seguinte endereço:

10.1.1 Reitoria do IFSULDEMINAS – situada à Avenida Vicente Simões, 1.111, Bairro



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GERAIS – REITORIA

Nova Pouso Alegre, Pouso Alegre, MG, CEP: 37.553-465;

10.2 A entrega dos materiais impressos deverá ser efetuada impreterivelmente nos prazos máximos estabelecidos a seguir, a contar do recebimento da requisição de fornecimento, no endereço citado no item anterior, no horário de funcionamento da Instituição, para a equipe de Engenharia da P.R.O.D.I

10.2.1 Até 50 (cinquenta) cópias, no prazo máximo de 04 (quatro) dias consecutivos;

10.2.2 Mais de 50 (cinquenta) cópias, no prazo máximo de 06 (seis) dias consecutivos.

11 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 Os recursos para pagamento das despesas decorrentes do presente processo correrão à seguinte forma: **R\$ 6.050,00** (Seis mil e cinquenta reais), por conta da Natureza de Despesa 339039.83, PTRES 108839, Fonte de Recurso 8100000000, PI V20RLP01PSN, enquadrado como Pregão Eletrônico Tradicional.

12 DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

12.1 Os bens serão recebidos:

12.1.1 Provisoriamente, a partir do término da prestação do serviço, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Edital e na proposta.

12.1.2 Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes no Edital e na proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

12.2 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

12.3 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

12.4 O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

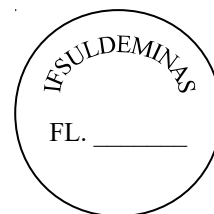
13 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 A Contratada obriga-se a:

13.1.1 Efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhados da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia; Os itens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

13.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.1.3 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, *substituir, reparar, corrigir, recolher ou reconstruir*, às suas expensas, no prazo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GERAIS – REITORIA

máximo de **2 (dois) dias úteis**, o produto com avarias ou defeitos ou recusado;

13.1.4 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

13.1.5 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (Vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.1.7 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

13.1.8 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.1.9 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

14 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1 *A Contratante obriga-se a:*

14.1.1 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

14.1.2 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

14.1.3 Efetuar o pagamento no prazo previsto.

15 DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

15.1 Conforme preceitua o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil, incerta ou impossível reparação.

16 DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

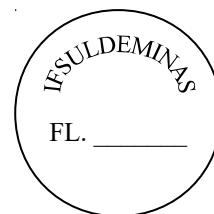
16.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:

16.1.1 Não executar total ou parcialmente o contrato;

16.1.2 Apresentar documentação falsa;

16.1.3 Comportar-se de modo inidôneo;

16.1.4 Cometer fraude fiscal;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GERAIS – REITORIA

16.1.5 Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

16.2 Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.3 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

16.4 Multa:

16.4.1 Moratória de até 0,3% (Zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias corridos, vencido este prazo aplica-se a Multa Compensatória;

16.4.2 Compensatória de até 10% (Dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

16.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS, pelo prazo de até dois anos;

16.4.4 Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer nº 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota nº 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos nº 2.218/2011 e nº 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

16.4.5 Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

16.4.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

16.4.7 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

16.5 Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

16.5.1 Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

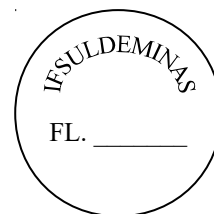
16.5.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

16.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.8 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GERAIS – REITORIA**

serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.9 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16.10 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

17 ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

17.1 As informações a respeito de pagamento, obrigações das partes, infrações e sanções administrativas serão dispostas pelo Edital.

17.2 O presente Termo de Referência foi elaborado pelo requisitante do material, auxiliado pela Comissão Permanente de Licitação, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, atendidos o interesse e a conveniência da Administração, sendo submetido à consideração e aprovação das autoridades competentes.

Pouso Alegre – MG, 18 de setembro de 2018.

Paulo Roberto Ceccon
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
Requisitante

De acordo:

Honório José de Moraes Neto
Pró-Reitor de Administração

Aprovo:

Marcelo Bregagnoli
Reitor